

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 011-551 7700 Fax : 011-551 7844
website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Décima-Quarta Sessão Ordinária

26 – 30 de Janeiro de 2009

Adis Abeba, Etiópiã

EX.CL/486 (XIV) Rev.1

**RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A SITUAÇÃO
NO MÉDIO ORIENTE E NA PALESTINA**

RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A SITUAÇÃO NO MÉDIO ORIENTE E PALESTINA

INTRODUÇÃO

1. Durante o ano transacto, não houve progresso visível para sugerir uma mudança com vista ao estabelecimento de uma solução duradoura, nos territórios Árabes ocupados, por Israel. Toda a evidência indica que o sofrimento do povo Palestino aumentou. Apesar dos esforços envidados pela Comunidade Internacional no contexto do processo de paz, a situação nos territórios ocupados deteriorou-se e a vida quotidiana na Palestina continua a agravar-se. O Israel, em vez de resolver a situação e de pôr fim ao conflito, expandiu o seu programa de construção do colonato. Em violação do Direito Internacional e da Convenção de Genebra, os Territórios Palestinos Ocupados enfrentam igualmente uma onda de incursões israelitas, que resultou na morte de civis, incluindo mulheres e crianças. Durante este período, a República Árabe do Egipto manteve um diálogo global com todas as facções Palestinianas, na tentativa de pôr termo às cisões entre elas e estabelecer a unidade nacional.

INICIATIVAS DIPLOMÁTICAS

2. Durante este período, foram envidados esforços diplomáticos com vista a acelerar o processo de paz. Em particular, a Secretária de Estado Norte Americana Condoleezza Rice, visitou a região por várias vezes, e procurou estabelecer um acordo antes do fim do mandato do Presidente George W. Bush. Várias delegações, incluindo Chefes de Estado e Ministros dos Negócios Estrangeiros/Relações Exteriores dos Países Europeus, Asiáticos Africanos e da América do Sul, visitaram os Territórios Palestinos, e mantiveram encontros com os seus líderes. Enquanto isto, fizeram-se vários esforços e realizaram-se vários encontros entre o Presidente Palestino Mahmoud Abbas e o Primeiro-ministro Israelita Ehud Olmert, reuniões estas que não produziram nenhum resultado, isto por causa da construção contínua de colonatos e das acções Israelitas contra civis na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. A combinação de contínuas agressões Israelitas e a crise política interna em Israel impediram qualquer progresso.

3. Quanto muito podemos dizer que o quadro é sombrio no que respeita as negociações entre palestinianos e israelitas, uma vez que estas não alcançaram resultados tangíveis desde a realização da Conferência de Annapolis sobre a paz no Médio-Oriente, em Novembro de 2007, por iniciativa do Presidente Georges W. Bush. A Conferência estabeleceu um prazo de um ano para a criação de um Estado Palestino viável, vivendo lado a lado com o Estado de Israel.

4. As negociações bilaterais entre palestinianos e israelitas, sob a égide dos Estados Unidos da América, articularam-se em torno de questões principais e fundamentais para uma solução duradoura, designadamente Jerusalém,

fronteiras, refugiados palestinianos, segurança, colonatos e água. A delegação da Palestina já apresentou a sua posição sobre estas questões fundamentais. De acordo com o Presidente Mahmoud Abbas, a delegação de Israel ainda não apresentou uma posição definitiva sobre a matéria.

5. Neste contexto, a conclusão que podemos tirar é de que o conflito árabo-israelita, no centro do qual se encontra a questão palestiniana, continua a constituir um grande desafio a que está confrontado o Quarteto e a Comunidade Internacionais, pois não foram registados progressos nas negociações entre israelitas e palestinianos sobre as questões que constituem a espinha dorsal de qual resolução definitiva do diferendo.

6. Não obstante as várias delegações e enviados estrangeiros de todos os horizontes, a realidade no terreno e segundo as informações de que dispomos confirmam que não há avanços nas negociações entre palestinianos e israelitas sobre as questões fundamentais que constituem a pedra angular para a resolução definitiva do conflito. As autoridades israelitas de ocupação continuaram com a sua política de construção de colonatos e, a título ilustrativo, impuseram a edificação do muro de apartheid e de novos colonatos para alterar o carácter geográfico e demográfico dos territórios ocupados, mantendo a imposição do embargo coercivo contra a população palestiniana, em particular na Faixa de Gaza. De igual modo, as autoridades israelitas continuam a dividir o território palestiniano, a oprimir e humilhar os seus cidadãos. As autoridades de ocupação aproveitaram a ocasião de divisão entre as diferentes facções palestinianas para acumular ganhos políticos e bloquear a questão palestiniana.

7. O Presidente Palestino Mahmoud Abbas envidou vários esforços para encontrar uma solução duradoura, abrangente e justa, para a paz na região. Para o efeito efectuaram-se várias visitas à Europa e à Ásia. Recorda-se que o Presidente Palestino também visitou os Estados Unidos da América e encontrou-se com o Presidente Americano George W. Bush e altos funcionários da Administração Americana. O objectivo desta visita foi de repor o processo de paz e implementar o compromisso dos EUA, a fim de pressionar Israel a aceitar as condições de reconciliação, como base para o estabelecimento da paz e por em prática a solução que visa a criação de dois estados na região. O Presidente Mahmoud Abbas participou igualmente na Cimeira da União Africana em Sharm el-Sheikh e prestou uma informação sucinta sobre a situação dos Palestinos, seus Territórios Ocupados, e sobre os esforços da liderança e da Autoridade Nacional Palestiniana, para estabelecer a paz. Por outro lado, o líder palestiniano encontrou-se ainda com vários Chefes de Estado Africanos e solicitou-os que persuadissem Israel a salvar o processo de paz. O Presidente Abbas efectuou também várias visitas à diferentes países Africanos em busca de apoio aos esforços de paz.

8. O Presidente Palestino Mahmoud Abbas apelou para um diálogo nacional com todas as facções Palestiniana, com vista a voltar a unir o movimento Nacional Palestino. O Egipto adoptou a iniciativa do Presidente Abbas e convidou as facções para um diálogo franco responsável e no sentido da unidade dos Palestinos. Neste contexto, o Egipto convidou as diferentes facções para esse diálogo no Cairo, aos 9 de Novembro de 2008. Um projecto

de documento foi produzido com o fim de apoiar o processo de resolução do diferendo que existe entre as diferentes facções.

QUESTÕES POLÍTICAS E DE SEGURANÇA

9. Apesar dos esforços que a Comunidade Internacional tem vindo a fazer, há quinze (15) anos, com vista ao sucesso do processo de paz e à necessidade de estabelecimento de um Estado Palestino independente com Al Quds Al Sharif (Jerusalém) como sua capital, não houve até agora qualquer progresso. Pelo contrário, as condições de vida económica e securitária do povo Palestino deterioraram-se. A violação por parte de Israel, nos Territórios Palestinos Ocupados, agravou-se.

10. A situação política em Israel, que é um reflexo da agitação que se vive no seio do Partido Kadima no poder, contribuiu também para criar o retrocesso do processo de paz. Os processos crimes, contra o primeiro-ministro Ehud Olmert, conduziram, eventualmente, a sua retirada de cargo de Primeiro-Ministro e da função como líder do Partido Kadima no poder. A Ministra dos Negócios Estrangeiros, Tzipi Livni, venceu a liderança do Partido Kadima. Todavia, não foi capaz de formar um novo governo de coligação e isto levou à convocação de eleições antecipadas. Tendo em conta a instabilidade e a situação política em Israel, o progresso por via de negociações não foi possível.

11. Com a ocupação da Faixa de Gaza pelo Hamas, as condições políticas e económicas deterioraram-se nesta área. Esta situação agravou-se consideravelmente com o bloqueio imposto por Israel, na Faixa de Gaza, provocando, desta forma, uma crise para o povo da Faixa de Gaza, cujas condições tornaram-se extremamente difíceis. Como resultado do bloqueio no fornecimento de electricidade, combustível, gás, bens alimentares, assistência médica e medicamentosa, a vida nesta região tornou-se insuportável e isto representa um desastre humanitário completo. Várias Organizações Internacionais na Faixa de Gaza manifestaram a sua preocupação e indicaram que Israel, estava a violar o Direito Internacional ao violar gravemente os direitos humanos fundamentais.

12. O número de prisioneiros e detidos Palestinos em Israel é mais de onze mil e Quinhentos (11.500). Um estudo recente, indica que mais de 65 mil Palestinos foram detidos nos últimos oito anos. Os que ainda se encontram presos e detidos, vive em condições precárias. A negligência na assistência Médica e a tortura causaram a morte de mais de 76 presos, desde o início da Al-Aqsa Intifada. Em Setembro último, cerca de 274 pessoas foram presas durante as operações militares Israelitas. As organizações Internacionais dos direitos humanos solicitaram a sua libertação, mas, Israel continua a agir com impunidade.

13. Embora a liderança Palestina tenha envidado esforços para comunicar com os líderes Israelitas, no sentido de implementar o roteiro, o Israel continua a confiscar as terras Palestinas e a construir novos colonatos. Em particular, o Governo Israelita tomou a decisão de construir novas construções em Jabal

Abu Ghneim (colonato de Har Homa), localizada entre o leste de Jerusalém Palestiniana e Belém, em Shuafat e Beit Hanina. O ritmo de confiscação de terras e a construção de unidades residenciais nas colónias acelerou, com o intuito de aumentar o número de colonos nos Territórios Palestinos Ocupados. Israel está também a prosseguir com a sua política de colonização na região da Al AGWAR (Jordan Valley) Vale de Jordão. Isto inclui a tomada de controlo, das condições económicas e infra-estruturais, assim como, remoção das características Palestinianas e Árabe.

14. Para além de continuarem com a sua política de confisco de terras nos Territórios Palestinos Ocupados, o Muro de separação continua a expandir-se dentro dos Territórios Palestinos na Cisjordânia, bem como nos arredores de Jerusalém. O Muro de segregação expande-se aproximadamente à 733 quilómetros dentro dos Territórios Palestinos Ocupados, desde 1967. O Muro continua a criar dificuldades aos Palestinos, e a título de exemplo, Israel abateu cerca de 1.3 milhões árvores de frutas e florestas para a construção do Muro. Durante o mês de Setembro último, as forças de ocupação Israelita confiscaram 589 hectares de terras. Esta confiscação contínua serve para separar mais ainda os Palestinos uns dos outros e impedir a possibilidade de continuidade geográfica e enfraquecer os esforços, que visam o estabelecimento provável do Estado Palestino, independente, coerente e viável.

15. A liderança Palestiniana continua a considerar a decisão do Governo Israelita de construir novas unidades nos Territórios Palestinos Ocupados, o que constitui uma ameaça séria ao processo de paz e uma violação grotesca às obrigações Israelitas constantes no Roteiro. A liderança também enfatizou que o processo de paz, não pode continuar sem a cessação de todas as actividades de construção de colonatos nos Territórios Ocupados. A Autoridade Nacional Palestiniana (PNA) também exortou a Comunidade Internacional e em particular os Estados Unidos, como patrocinadores do processo de paz, no sentido de envidar todos os esforços necessários para garantir que Israel cesse os seus esforços de ocupação e interrompa todas as suas actividades de construção de colonatos.

16. Face às actividades de construção de colonatos e à ocupação contínua, o Conselho dos Estados da Liga Árabe confirmou os direitos dos refugiados de regressarem às suas terras de origem, de acordo com as Resoluções das Nações Unidas, e solicitou à Comunidade Internacional e ao Secretário Geral das Nações Unidas, para pressionarem Israel. Tal pressão deve incluir a libertação incondicional das mulheres e crianças Palestinianas prisioneiras. O Conselho solicitou igualmente às Nações Unidas para exporem as condições desumanas como Israel trata os prisioneiros e apelou as Organizações Internacionais competentes para trabalharem em prol da libertação de todos os prisioneiros. O Conselho dos Estados da Liga Árabe apelou ainda às Organizações Internacionais e não- governamentais para realçarem os direitos dos povos de resistirem a ocupação.

17. Uma das prioridades do Presidente e do Governo Palestino foi de impor a segurança e o respeito da lei nas suas áreas de controlo. Isto incluiu o

destacamento de forças da segurança Palestinianas. Este foi um passo vital para os Palestinos, na medida em que visava servir de base para a sua protecção e garantir que a paz possa ser estabelecida. Entretanto, Israel trabalhou sistematicamente para garantir a destruição das forças de segurança Palestinianas. A Liderança Palestiniana continuou a desenvolver esforços para estabelecer a segurança e enviou forças de segurança Palestinianas às principais cidades da Cisjordânia. O destacamento mais recente ocorreu na área do Hebron.

QUESTÕES ECONÓMICAS

18. A economia da Palestina foi efectivamente destruída, com uma combinação de acções Israelitas. Como resultado da ocupação e da muralha de separação muitas famílias Palestinianas estão a viver em pobreza extrema e a taxa de desemprego cresceu de maneira substancial. A maioria dos desempregados são jovens. O sector industrial baixou substancialmente a sua produção, devido aos bloqueios, vínculos e associação com o sector industrial em Israel. A imposição do cerco e o encerramento também contribuíram para um declínio dos níveis de rendimento dos trabalhadores comerciantes, e empregadores. O sector Industrial, contribuiu com mais de 11 % do PIB da economia Palestiniana em 2007, mas essa percentagem baixou substancialmente.

19. O sector da agricultura sofreu grandes perdas, durante os anos passados, devido à ocupação e à destruição da terra cultivada, assim como o abate das árvores. As perdas neste sector, são estimadas em 339.1 milhões de dólares dos EUA, de 2000 a 2006. Estima-se que, mais de 70 mil hectares de árvores plantadas e 28 mil hectares de legumes e doutras culturas foram destruídos. A exportação agrícola foi praticamente levada à paralisação, que teve como consequência o colapso de muitas lavouras. O impacto da ocupação e do cerco pelo Israel, tiveram também um impacto sobre todos os outros sectores da economia. O número de desempregados foi cerca de 250,000 no final de 2007, isto segundo a estimativa declarada pelo Gabinete Central de Estatísticas. A percentagem das famílias Palestinianas que vivem abaixo do limiar da pobreza, aumentou de 22%, nas vésperas da Intifada, para mais de 75% em 2007. Isto quer dizer que mais de 2 milhões Palestinos, vivem abaixo do limiar da pobreza. Foram envidados esforços, para abrir todos os caminhos e garantir que os bens alimentares e outros produtos essenciais estejam disponíveis aos Palestinos.

VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

20. A série de ataques contínuos dos militares Israelitas nos Territórios Palestinos Ocupados, reflectem a contradição aparente entre a retórica de Israel sobre os direitos humanos e a acção concreta no terreno. Enquanto que as negociações estão em curso, Israel continua a violar os direitos humanos e a levar a cabo políticas repressivas nos Territórios Ocupados. Apesar da intenção declarada de Israel de reduzir o número de barreiras militares e postos de controlo, ele aumentou o número de postos de controlo militar para 630,

impondo assim mais restrições à criação dos Palestínianos. Israel está também a trabalhar rumo à transformação dos postos de controlo em fronteiras internacionais. Estas medidas tem por objectivo fortalecer Israel e garantir que todos territórios Palestínianos sejam divididos. Mais de 165 Palestínianos foram mortos nos postos de controlo Israelitas. Ao impedir o acesso das mulheres grávidas aos hospitais, nos postos de controlo, mais de 40 mães perderam os seus filhos durante este período.

21. O Conselho da Liga Árabe aprovou a resolução, apelando para a protecção das escolas, de professores e de estudantes contra os ataques Israelitas. Apelou ainda à Comunidade Internacional para responsabilizar Israel pelos danos causados às escolas e outras instituições de ensino. A resolução também afirmou que as organizações internacionais, Árabes e Islâmicas, devem envidar esforços no sentido de apoiar as instituições de ensino em várias formas nos territórios ocupados.

22. Durante os anos transactos, os colonos Israelitas intensificaram as suas acções provocatórias contra os cidadãos palestínianos e cometeram actos de agressão contra os Palestínianos, dentre outros, os que se encontram no Hebron, em Nablus e nos seus arredores. O último ataque aconteceu na aldeia de Nablus, onde os colonos lançaram roquetes a partir dos seus estabelecimentos. As forças Israelitas trabalharam no sentido de dar apoio aos colonos, nos seus actos de agressão. Isto deu origem a morte de 167 cidadãos provocadas pelos colonos. Como exemplo de tais acções, um grupo de colonos jovens assassinou um rapaz de oito anos de idade, com 20 balas alojadas no seu corpo, enquanto apascentava as suas ovelhas próximo da sua cidade natal de Nablus. Os colonos também queimaram 70 hectares de plantações de oliveira, próximo do Nablus, e impediram os agricultores Palestínianos de colherem as azeitonas. Uma dúzia de colonos armados, sob a protecção das forças de ocupação, atacaram a cidade de Kafr al-Deek, onde quatro pessoas foram mortas e outras tantas ficaram feridas.

JERUSALÉM E OS LUGARES SAGRADOS CRISTÃOS E ISLÁMICOS

23. O Israel continua a levar a cabo escavações nos arredores da mesquita de Al Aqsa e está a trabalhar no sentido da destruição do lugares religiosos, dos monumentos arqueológicos, e de áreas patrimoniais. Continua também a construir templos e museus Israelitas nos locais considerados sagrados por outras religiões. Os riscos de mais conflitos continuam a aumentar, por causa dos perigos colocados à Mesquita de Al Aqsa. Israel continua também a trabalhar com vista a separar Al Quds (Jerusalém) e seus arredores de outras partes da Cisjordânia, aumentando o número de barreiras que restringem a circulação e impõem limitações, de um modo geral, aos movimentos dos cidadãos Palestínianos. As acções de Israel indicam que, está a procurar impedir os Palestínianos de rezarem na Mesquita de Al Aqsa.

24. Durante o ano passado, as autoridades Israelitas concluíram a construção do Muro de separação (envelope de Jerusalém) na cidade ocupada, que já é uma cidade completamente isolada da Cisjordânia. Além disso, Israel

continua com a sua política de demolição de residências e de destruição arbitrária do património. De igual modo, Israel está a tentar sistematicamente destruir a Mesquita de Al Aqsa e a impedir o seu acesso, construindo túneis e outras actividades afins, que servem para danificar os alicerces da Mesquita de Al Aqsa. Recentemente as autoridades Israelitas concluíram a construção de uma Sinagoga, à uma distância não superior à 50 metros da Mesquita de Al Aqsa. Tenciona também erguer outras estruturas na terra que é um legado Islâmico que fica situado na área do "Ayn Alhamam", a poucos metros do muro das Lamentações. A autoridade Nacional Palestiniana continua a expor as acções e os esforços Israelitas tendentes à "judaizar" a cidade de Jerusalém, que se reflectem na demolição da arqueologia Islâmica, bem como de residências de cidadãos Árabes.

25. A autoridade Palestiniana lançou igualmente um apelo aos Estados Unidos, à União Europeia, às Nações Unidas e à União Africana, para exercerem pressão sobre Israel com vista a levá-lo a interromper a construção de colonatos na cidade de Jerusalém. Exigiu que Israel cessasse imediatamente todas as acções agressivas e que cumprisse com as suas obrigações no quadro do Direito Internacional e da Convenção de Genebra, de maneira à preservar os locais sagrados, Cristão e Islâmico, em Jerusalém. Apelou-se ainda a Israel para demolir o Muro de Separação e a implementar a Opinião Consultiva do Tribunal Internacional de Justiça e a decisão da Assembleia-geral das Nações Unidas (No. 15/10) on 20/7/2004.

26. A autoridade Nacional Palestiniana condenou as medidas Israelitas arbitrárias, que visam eliminar a presença dos Palestinos em Jerusalém. Expressou ainda grande preocupação em relação ao desrespeito pelos direitos dos cidadãos de Jerusalém, na sua cidade de residência, à imposição de pesados impostos, à exigência de licenças para a construção e ao encerramento das instituições nacionais. Apelou também para a reabertura das instituições nacionais e, em particular, a Casa do Oriente e a Câmara do Comércio, de modo a permitir a prestação de serviços aos cidadãos de Jerusalém e a protecção dos Palestinos na Cidade Santa.

CONTINUAÇÃO DO CERCO DE GAZA

27. Israel continua a controlar totalmente a fronteira da Faixa de Gaza, supervisando a terra, o mar, o espaço aéreo bem como controlando o Registo Civil da população Palestiniana. Estas acções incluem os ataques militares diários, a matança e a tortura de cidadãos Palestinos, práticas que são consideradas equivalentes a um castigo colectivo. Israel decidiu cortar a electricidade, o abastecimento de combustível, de bens alimentares, a assistência médica e medicamentosa e impor restrições à circulação dos cidadãos. Colectivamente, estas acções agravaram a actual crise humanitária na região e constituem uma violação flagrante dos princípios do Direito Internacional Humanitário. Como consequência do embargo injusto imposto à Faixa de Gaza, mais de 250 cidadãos morreram por falta de assistência médica e medicamentosa. As forças de ocupação Israelita, impediram os pescadores palestinos de pescarem directamente do literal da Faixa de Gaza,

queimando ou confiscando os seus barcos. O direito Internacional obriga Israel, enquanto poder de ocupação, a garantir segurança e bem-estar da população civil, nos Territórios Palestinos Ocupados.

28. Na tentativa de quebrar o cerco na Faixa de Gaza, grupos de activistas da paz, membros Árabes do Parlamento Europeu e activistas dos direitos humanos Internacionais, fizeram manifestações para demonstrar solidariedade para com o povo Palestino em Gaza e enviaram uma mensagem ao mundo, sobre a situação humanitária catastrófica reinante nessa região. Dois navios de paz atracaram nas margens de Gaza, e isto serviu para elucidar sobre situação difícil dos Palestinos e garantir que o mundo não está em silêncio perante as violações dos direitos humanos cometidos contra o povo Palestino em Gaza.

PRISIONEIRO E DETIDOS PALESTINIANOS EM CADEIAS ISRAELITAS

29. Vários prisioneiros e detidos palestinos estão em cadeias Israelitas, e são mais de 11.500 pessoas, incluindo 400 crianças de idades inferiores a 18 anos e cerca de 120 mulheres. Estes números excluem os detidos por razões administrativas nas cadeias Israelitas, que inclui 51 membros do Conselho Legislativo da Palestina. Cerca de 1.500 prisioneiros, sofrem de doenças crónicas e de falta de tratamento nas prisões. Apesar dos pedidos da Comunidade Internacional, bem como o de organizações dos direitos humanos e órgãos internacionais, para a libertação dos detidos, Israel continua, diariamente, a deter indivíduos em todos os Territórios Palestinos Ocupados.

DIÁLOGO NACIONAL PALESTINIANO

30. No quadro dos esforços que visam juntar as fileiras da unidade nacional palestina para pôr termo à divisão política e unir os esforços nacionais para fazer face às agressões e à ocupação israelita bem como às suas consequências na população palestina, e para evitar tomar parte nas negociações com os israelitas em grupos separados, os dirigentes dos países árabes assim como o Secretário-geral da Liga dos Estados Árabes prosseguem os seus esforços tendentes à realização da unidade nacional palestina. É nesta perspectiva que foram lançadas iniciativas para juntar todas as facções palestinas, com a recente iniciativa egípcia, que consistiu em reunir as 13 facções palestinas para negociações relativas à adopção de um plano comum susceptível de pôr termo à divisão política inter-palestina. Esse plano preconiza a criação de um governo de unidade nacional encarregue de quebrar o embargo imposto à Faixa de Gaza, unificar e reconstituir os órgãos palestinos de segurança numa base profissional e nacional bem como elaborar as disposições necessárias para as eleições presidenciais e legislativas.

31. É importante recordar que o Ministro dos Negócios Estrangeiros dos países árabes decidiram, durante uma sessão ordinária, realizada em Setembro de 2008, que a Liga dos Estados Árabes deveria prosseguir os seus esforços tendentes à busca de uma solução para o conflito intra-palestino, que constitui uma ameaça para a questão deste país. Por outro lado, a Liga dos

Estados Árabes deveria tomar as medidas necessárias para a imposição de sanções e boicotar qualquer facção palestina que não aceitasse o consenso árabe e palestino. É neste contexto que se acordou na organização de uma reunião extraordinária dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Liga dos Estados Árabes, em finais de Novembro de 2008, para fazer a avaliação da situação relativa à reconciliação e assegurar o seu acompanhamento, sob os auspícios da Liga dos Estados Árabes bem como a posição concernente ao processo de paz.

SITUAÇÃO NOS MONTES SÍRIOS GOLAN E NA PLANÍCIE LIBANESA DE SHABA

MONTES GOLAN OCUPADOS

32. A Comissão da União Africana continua a acompanhar a situação nos Montes Golan Ocupados por Israel desde 1967, a política israelita que visa garantir a sua ocupação na região bem como as actividades de expansão caracterizadas pela construção de colonatos, em desprezo de decisões e do direito internacional, a partir da altura em Israel decidiu, em 1981, anexar os Montes Golan e impor neles a sua legislação nacional.
33. A questão dos Montes Golan Ocupados sempre mereceu o consenso africano, através da condenação das acções de agressão e ocupação, tendo exigido o prosseguimento dos esforços que, tanto ao nível africano como ao nível árabe, visam a libertação de todos os territórios árabes ocupados por Israel desde o dia 4 de Junho de 1967.
34. O Conselho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Liga dos Estados Árabes, reunido na sua 130ª Sessão, a 9 de Setembro de 2008, procedeu à análise da situação nos Montes Golan Ocupados e, a este propósito, adoptou as decisões e recomendações que se seguem:
 - Reafirmar que a ocupação israelita dos Montes Golan constitui uma ameaça permanente à paz e segurança na região e no mundo;
 - Apoiar a resistência dos cidadãos sírios que vivem nos Montes Golan Ocupados, solicitar de novo à Organização das Nações Unidas, ao Conselho de Segurança e ao Conselho dos Direitos Humanos que Israel respeite a 4ª Convenção de Genebra e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e permita visitas dos habitantes dos Montes Golan Ocupados às suas famílias que se encontram na Mãe Pátria, a Síria;
 - Condenar as acções provocatórias perpetradas pelas forças israelitas de ocupação contra o grupo minoritário sírio Gitans, que se encontra nos Montes Golan, acções essas que visam dividir a cidade e construir um muro que separa os habitantes das suas terras. Condenar igualmente o facto de que as operações israelitas de deslocação dos habitantes para a zona sul da cidade constitui um

crime contra a humanidade e uma violação do direito internacional, principalmente a 4ª Convenção de Genebra;

- Zelar pelo respeito da legalidade internacional que estipula o não reconhecimento de qualquer acto decorrente da criação de colonatos. Exortar a Comunidade Internacional para afirmar que acções israelitas são contrárias às normas internacionais e árabes em matéria da instauração de uma paz verdadeira, justa e global na região, em conformidade com as decisões internacionais legítimas e com a iniciativa árabe de paz tomada pela Cimeira Árabe de Bairute, em 2002.

35. No âmbito dos esforços envidados sobre a questão dos Montes Golan Ocupados, a Turquia organizou várias reuniões indirectas entre os negociadores israelitas e sírios, a partir de Maio de 2008, tendo em vista a sua transformação em negociações directas, caso sejam registados progressos sobre as questões analisadas.

SITUAÇÃO NO LÍBANO

36. O Líbano registou avanços significativos em matéria de segurança e política, depois do anúncio do Acordo de Doha e dos resultados da Conferência sobre o Diálogo Nacional, realizada a 2 de Maio de 2008, sob a égide do Emir do Estado de Qatar, Sheikh Hamad Ben Khalifa Al Thani, cujos feitos mais marcantes são os seguintes:

- Fim das actividades de milícias e sua retirada das ruas, incluindo a abertura de estradas e pontos de passagem terrestre, do aeroporto e dos portos;
- Eleição, a 25 de Maio de 2008, do Presidente da República, Senhor Michel Suleyman, formação de um governo de unidade nacional, a 12 de Agosto de 2008, que obteve a confiança do Parlamento libanês;
- Libertação, a 16 de Julho de 2008, de prisioneiros libaneses em Israel, sob a supervisão da Organização das Nações Unidas, no quadro da aplicação da Decisão 1701 do Conselho de Segurança.

37. O período em análise foi marcado por desenvolvimentos positivos, colocando assim as relações entre o Líbano e a Síria no seu verdadeiro contexto, através do comunicado final conjunto tornado público no final da Cimeira síro-libanesa realizada em Damasco, a 14 de Maio de 2008, ao abrigo do qual as duas partes anunciaram o seguinte:

- Estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países ao nível de Embaixadores;

- Relançamento dos mecanismos das Comissões Mistas para analisar questões libanesas pertinentes assim como a delimitação da fronteira entre o Líbano e a Síria, a luta contra o tráfico ilegal, a revisão dos acordos bilaterais entre os dois países, principalmente no que respeita as trocas comerciais e a integração económica.

CONCLUSÃO

38. A imagem na Palestina mantém-se muito sombria e coloca um grande desafio à Comunidade Internacional. A resposta que é exigida, deve ser abrangente, de modo que todas as questões sejam resolvidas. Estas devem incluir: a questão dos Refugiados, de Jerusalém, das Fronteiras, dos Colonatos, das Águas Territoriais, bem como as questões recorrentes de Segurança. Ao mesmo tempo, os Palestinos devem demonstrar unidade, face à ocupação Israelita. Porque, só através da unidade e determinação, é que os direitos dos Palestinos serão assegurados, incluindo o direito de criar um Estado Palestino independente e viável. A união Africana e a Comunidade Internacional devem intensificar os seus esforços com vista ao estabelecimento de uma abordagem e solução abrangentes.

RECOMENDAÇÕES

39. Partindo do princípio de que a solidariedade africana e árabe sobre as questões relativas ao gozo, por todos os Povos, do direito à autodeterminação, ao respeito pela dignidade e à soberania no território e tendo em conta o que se passa ao nível da região, o Conselho Executivo poderá:

- Reafirmar a solidariedade com o Povo Palestino na sua luta justa para a criação do seu Estado independente no respectivo território nacional bem como o direito da Síria e do Líbano de recuperar os seus territórios ocupados por Israel desde o dia 04 de Junho de 1967;
- Solicitar às partes e facções palestinas rivais, principalmente os Movimentos Hamas e Fatah, para pôr fim às suas divisões e juntar as respectivas fileiras, pois a desunião apenas contribui para o enfraquecimento da posição palestina;
- Exortar de novo a Comunidade Internacional para pôr termo ao embargo imposto por Israel à Faixa de Gaza, território que sofre uma punição colectiva, em violação do direito e das convenções internacionais, e trabalhar para a manutenção da trégua existente entre Israel e a Palestina na Faixa de Gaza;
- Solicitar ao Comité do Quarteto Internacional para agir com maior eficácia, tendo em vista acelerar e facilitar as negociações entre a Palestina e Israel sobre as questões finais, negociações essas que tiveram o seu início desde a realização da Conferência de Annapolis, em Novembro de 2007. Quaisquer atrasos ou manobra dilatatória por parte de Israel colocará a região numa situação de tensão mais exacerbada, o que constitui uma ameaça para a paz e segurança internacionais;

- Exortar Israel a parar de colocar obstáculos nas negociações e recorrer à política de expansionismo, construção de colonatos e do muro de apartheid, devendo, pelo contrário, aliviar a situação de penúria em que vivem os palestinianos.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2009

Relatório Da Comissão Sobre A Situação No Médio Oriente E Na Palestina

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/3936>

Downloaded from African Union Common Repository